

CARACTERÍSTICAS, AVALIAÇÕES E COORDENADORES DE POLO NOS POLOS PRESENCIAIS DA REGIÃO SUL

Monica Pagel Eidelwein¹; Dilce Eclai de Vargas Vicente²; Celso Costa³; Maria Renata da Cruz Duran⁴; Tatiana de Lourdes Massaro⁵

Grupo 1.4. *Gestão e estrutura da educação a distância: Polos de apoio presencial*

RESUMO:

Neste artigo trata-se da educação a distância, procurando identificar a estrutura e o funcionamento dos polos de apoio presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil e também o perfil dos coordenadores de polos presenciais, a partir de uma análise coletiva dos instrumentos oficiais de avaliação aplicados a estes polos presenciais. Para tanto, utilizou-se de pesquisa in locu e entrevistas. O recorte apresentado neste artigo é introdutório e se situa num estudo mais amplo, realizado em três regiões brasileiras Nordeste, Norte e Sul, liderado pelo Grupo “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação”, ligado ao Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino da Universidade Federal Fluminense. O ponto de partida conta com informações apresentadas no Censo Escolar de 2008, nos Censos do Ensino Superior de 2000 e 2010 e no SisUAB de 2012. Num segundo momento, as entrevistas com coordenadores, segundo a perspectiva de António Nóvoa de definir uma trajetória profissional docente, nos serviram de base. E, finalmente, a experiência das visitas cruzadas, como metodologia de pesquisa participativa, foi abordada.

Palavras-chave: Sistema Universidade Aberta do Brasil. Polos de apoio presencial. Coordenadores de polos. Avaliação de polos UAB. Políticas públicas de formação de professores.

ABSTRACT:

FEATURES, EVALUATIONS AND POLES’ COORDINATORS IN THE PRESENTIAL POLES OF THE SOUTH REGION

In this article we discuss distance education, trying to identify the structure and functioning of the supporting poles of Open University system in Brazil and also the profile of the coordinators of Poles, from a collective analysis of official instruments of assessment applied to these poles. To this end, we used research and interviews in

¹ Participante do Grupo de Pesquisa “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação”, LANTE/UFF, Coordenadora do Polo da UAB de Novo Hamburgo, professora Universidade Feevale – monicapagel@yahoo.com.br

² Participante do Grupo de Pesquisa “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação”, LANTE/UFF, Coordenadora do Polo da UAB de Santo Antônio da Patrulha - dilcee@gmail.com

³ Professor Titular da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do Grupo de “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação” LANTE/UFF – profcelso costa@gmail.com

⁴ Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina e Membro do Grupo de Pesquisa “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação”, LANTE/UFF – professoramariarenata@yahoo.com.br

⁵ Membro do LANTE/UFF – Laboratório de Novas Tecnologias de Ensino – da Universidade Federal Fluminense e Membro do Grupo de Pesquisa “Formação docente e tecnologias de informação e comunicação” – tmmassaro@gmail.com

locus. The outline presented in this paper is introductory and is in a larger study, conducted in three Brazilian regions Northeast, North and South, led by a research group called "Teacher education and information and communication technologies" on the New Technologies to Teaching Laboratory of the University Federal Fluminense. The starting point has information presented in the School Census 2008, Census of Higher Education in 2000 and 2010 and SisUAB 2012. Secondly, interviews with coordinators from the perspective of António Nóvoa set a career teacher, served as the base. And finally, the experience of cross-visits, as participatory research methodology were addressed.

Keywords: System Open University of Brazil, support presence pole, coordinators of pole, pole UAB assessment, public policy of the training of teachers.

1. Introdução

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi fundado em 2006 buscando articular Instituições de Ensino Superior públicas (IES), representantes municipais e estaduais e governo federal, propondo a formação em nível superior, em especial para professores, através da educação a distância. A ideia inicial era formar, até 2016, 600 mil professores em serviço no país. Os cursos são oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). A possibilidade de acesso amplia-se para alunos que residem em diversas cidades de todo o Brasil. No país, atualmente, existem 767 polos presenciais em todo o território nacional. Com a expansão dos cursos de educação a distância e com a criação dos polos de apoio presencial, um novo profissional aparece neste cenário. Trata-se dos coordenadores de polos presenciais que, junto a uma equipe – que inclui tutores e administração – coordenam as atividades no próprio polo e no ambiente virtual.

Com um novo modelo de educação e a criação de novos agentes atuando no âmbito da cultura escolar, como assinala Dominique Julia, o Ministério da Educação, por meio do INEP, da SEED e da CAPES desenvolveu algumas metodologias de avaliação do sistema. As avaliações são oficiais e feitas por avaliadores designados governamentalmente (Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e Cultura - SEED/MEC). Nesta pesquisa, liderada pelo Grupo de Pesquisa "Formação docente e tecnologias de informação e comunicação", trabalharam juntos pesquisadores de universidades públicas em parceria com coordenadores de polos em prol de uma análise desse tipo de avaliação, tendo como pano de fundo um estudo sobre o que é o polo UAB e quem são as pessoas que atuam nele. A primeira atividade foi a realização de entrevistas semi-estruturadas com esses coordenadores de polos, figuras proeminentes no território estudado. Passo seguinte foi a discussão online dos modelos de avaliação de polos vigentes, focada na maneira como as avaliações são pensadas e efetivadas e como todo esse processo corresponde à maneira como os polos UAB são vistos por avaliadores oficiais e instituições governamentais. Por fim, foram simuladas as avaliações oficiais entre duplas eletivas regionais. Assim, pretendeu-se capturar o olhar dos coordenadores de polos em relação à avaliação realizada, problematizando-a e buscando, a partir disso, qualificar práticas avaliativas. Esse esforço de levantamento documental encerrou-se em julho deste ano. Portanto, o que apresenta-se neste texto são os antecedentes levados em conta para uma sistematização inicial dos dados, bem como algumas conclusões

sobre aquela fase da pesquisa que pareceu ter impacto entre os coordenadores de polos: a reflexão sobre as avaliações oficiais realizadas nas visitas cruzadas.

Assim, partiu-se desta experiência e da visão dos coordenadores de polos, considerando ser esta uma importante contribuição para o entendimento da temática. Cada coordenador, ao avaliar outro polo, no qual trabalha também outro coordenador, coloca-se no lugar de avaliador. Por sua vez, o coordenador, quando visitado, revisita o momento em que recebeu o avaliador oficial, podendo refletir sobre a avaliação nas duas pontas: como avaliador e avaliado.

As fontes utilizadas neste trabalho foram as transcrições das entrevistas supracitadas, em que a busca por uma identidade formativa-profissional foi central; as discussões entre os coordenadores participantes da pesquisa nos fóruns virtuais criados justamente para essa atividade e focados num debate/conscientização do processo avaliativo e também dos relatórios preenchidos por coordenadores que visitaram os polos de seus pares, enfocando especialmente o entendimento da referida avaliação, a relação dos polos com a avaliação e como os coordenadores vêm pensando possibilidades para que a avaliação de polos produza efeitos positivos, qualificando melhor o trabalho desenvolvido nesse espaço.

O resultado deste trabalho permitiu identificar a estrutura e o funcionamento dos polos da Região Sul, conhecer as formas das avaliações realizadas bem como as trajetórias de formação de coordenadores de polos desta região. Eis, pois, o que se pretende apresentar.

2. Os polos presenciais na Universidade Aberta do Brasil na região Sul

A proposição pelo Ministério da Educação, da adesão de Municípios/Estados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil, para que, em cooperação técnica com as Instituições Públicas de Ensino Superior responsáveis pela oferta de cursos, colaborassem com a formação de professores e/ou qualificação profissional, na modalidade a distância, constituiu-se como mais uma das possibilidades de formação de professores. Entende-se, entretanto, que Municípios/Estados já se preocupavam com essa questão, todavia, a formação ofertada, na maioria dos casos, se dava por iniciativas pontuais e, às vezes isoladas, de apenas um destes segmentos.

Esta proposta de cooperação apresentada pelo MEC por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil provoca um diálogo entre Universidades e mantenedores de polos, deslocando a tomada de decisões para um espaço compartilhado que pode ter como consequência a qualificação da formação do professor, a partir da oferta de cursos mais coerentes com as necessidades regionais. A Universidade precisa colocar-se em uma outra posição, como aquela que precisa ouvir, considerando saberes de diversos atores envolvidos neste sistema. Nesse sentido, a postura de diálogo deve ser perseguida por todos os segmentos envolvidos no sistema.

Destarte, o Sistema da Universidade Aberta do Brasil constituiu uma política pública que ampliou as possibilidades de formação do professor em todas as regiões do Brasil. A tabela abaixo mostra dados de interiorização do ensino superior na Região Sul, através deste Sistema:

Tabela 1. Número de municípios e Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil na Região Sul

| Estado | Município | Polos UAB | Porcentagem |
|-------------------|-----------|-----------|-------------|
| Rio Grande do Sul | 496 | 39 ativos | 7,87% |
| Santa Catarina | 293 | 36 ativos | 12,29% |
| Paraná | 399 | 47 ativos | 11,78% |

Fonte: Dados IBGE Censo 2010 e SisUAB 2012

A criação dos polos UAB possibilitou a oferta pública de ensino superior e a ampliação das condições para que os professores do Brasil tivessem a formação mínima de Licenciatura Plena. É nos cursos de Licenciatura e também nos de Tecnólogos que se situa o maior número de matrículas em cursos a distância, respondendo à demanda do mercado de trabalho e à necessidade de formação inicial e continuada de professores.

Constata-se que, embora a região Sudeste tenha ofertado um maior número de cursos nesta modalidade, atingindo um total de 391 cursos, seguida pela região Sul com 229 cursos, é nesta que ocorreu a maior quantidade de matrículas nesta modalidade de educação, com 397.891 matriculados em 2010, ultrapassando a Região Sudeste com 297.273 matriculados, de acordo com o Censo Educação Superior (2010).

Em relação à idade dos alunos nos cursos presenciais, em média, estes possuem 26 anos. Nos cursos à distância, possuem 33 anos, mostrando que os cursos a distância atendem a um público com idade mais avançada. Infere-se que a opção pela modalidade a distância proporciona o acesso à educação superior para aqueles que não tiveram oportunidade de ingressar na idade adequada nesse nível de ensino ou ainda para aqueles que já estão no mercado de trabalho, necessitando de um curso de nível superior, e que precisarão de uma maior flexibilidade quanto a horários dedicados aos cursos.

Muitos dos alunos, tal como pretendeu a EaD desde o início, são professores ou aspirantes à carreira docente. Assim, outro dado a destacar diz respeito ao perfil do professor da região. Em síntese, os dados da região Sul, apontam para um grupo de professores em que a maioria é do sexo feminino, na faixa etária de 40 anos de idade, atuando prioritariamente em uma única escola da rede urbana municipal. Este, portanto, é o quadro que configura a demanda do sistema UAB, senão para este rumo caminham seus alunos. Vale dizer que a principal carência na formação de professores da região está situada nas áreas de Artes e na área das Ciências Naturais, bem como em Física e Química.

O Censo do professor, realizado pelo MEC em 2007, possibilita elencar alguns traços do professor de cada estado que compõe a Região Sul. No estado de Santa Catarina, 82,50% dos professores são do sexo feminino e 28,52% estão na faixa etária de 41 a 50 anos de idade, sendo esta faixa etária a que concentra o maior número de professores. A maioria desses professores, 80,02%, trabalha em uma única escola; 38,33% trabalha com 5 turmas ou mais; 87,56% atua na zona urbana e 41,15% dos professores atuam nas redes municipais. Os professores dos anos finais do Ensino Fundamental, licenciados para a disciplina que atuam, compreendem uma variável de 86,54% a 96,23%, sendo Física a disciplina que menos possui professores formados. No Ensino Médio, esta

variável vai de 90,77% a 100%, sendo Química a disciplina que menos tem professores formados.

Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, o mesmo Censo aponta que 86,97% dos professores são mulheres e 34,77% estão na faixa etária de 41 a 50 anos de idade, sendo esta faixa etária a que concentra o maior número de professores; 77,57% trabalham em uma única escola, 40,43% trabalham com 5 turmas ou mais, 83,97% atuam na zona urbana e 38,43% dos professores atuam na rede estadual. Os professores dos anos finais do Ensino Fundamental, licenciados para a disciplina que ministram compreendem uma variável de 94,52% a 98,60%, sendo a disciplina de Artes a que mais tem professor sem formação. No Ensino Médio, esta variável vai de 91,56% a 100%, sendo a disciplina de Química a que mais tem professor sem formação.

No estado do Paraná, é possível salientar que 85,93% dos professores são mulheres e 29,33% estão na faixa etária de 33 a 40 anos de idade, sendo esta faixa etária a que concentra o maior número de professores; 73,44% trabalham em uma única escola, 41,23% trabalham com 5 turmas ou mais, 90,23% atuam na zona urbana e 38,53% dos professores atuam nas redes municipais. Os professores dos anos finais do Ensino Fundamental, licenciados para a disciplina que atuam, compreendem uma variável de 84,62% a 100%, sendo a disciplina de Química a que mais tem professor sem formação. No Ensino Médio, esta variável vai de 84,57% a 91,67%, sendo a disciplina de Física a que mais tem professor sem formação.

Comparando-se os dados do Censo do Professor com as ofertas de curso UAB, obtém-se o seguinte quadro:

Tabela 2. Comparativo entre as demandas do Censo e a oferta UAB considerando dados do SisUAB

| DEMANDA DO CENSO | OFERTA PELO SISTEMA UAB | | | |
|------------------|-------------------------|-------------|----------------|-------------------------------------|
| | ESTADO | INSTITUIÇÃO | CURSO OFERTADO | NÚMERO DE POLOS QUE OFERTAM O CURSO |
| Artes/RS | PR | UNICENTRO | Artes | 5 |
| Física/PR | PR | UEM | Física | 6 |
| Física/SC | SC | UFSC | Física | 8 |
| Física/RS | RS | UFSC | Física | 8 |
| Química/RS/SC/PR | 0 | 0 | Química | 0 |

Fonte: SisUAB, 2012.

Ainda que se note a adequação das vagas UAB, para o incremento de uma política pública mais adequada às necessidades da região e haver uma relação direta entre a demanda e a oferta, os dados apontam para a necessidade de maior enfoque a ser dado a determinadas ofertas, de acordo com as demandas constatadas, redirecionando os investimentos em formação inicial para professores de Artes no Rio Grande do Sul e Química nos três Estados.

2.1. As simulações de avaliações oficiais em polos presenciais

A ideia de analisar o processo das avaliações oficiais de polos do sistema UAB surgiu da participação de alguns autores deste artigo na Conferência Internacional sobre o Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação na formação docente ocorrido em Brasília, em abril de 2010 e promovido pela Secretaria de Educação a Distância em parceria com a UNESCO (DURAN et SILVA, 2010). Neste seminário, inúmeras propostas de análise dos processos avaliativos oficiais foram apresentadas, mas duas se destacaram. Primeiro, o estudo produzido por Maria Inês Bastos, consultora UNESCO, em que um histórico dos processos de avaliação oficiais na América Latina revelou alguns aspectos recorrentes: a existência de políticas públicas de médio prazo comprometendo a edificação de uma cultura escolar voltada para a atualização das metodologias de ensino na formação docente; a resistência, por parte das universidades públicas, de se apropriarem de novas metodologias de ensino; a ausência de uma reflexão, por parte dos governos, de uma utilização dos dados auferidos nas avaliações em prol da qualificação dos sistemas educacionais. Depois, o estudo de Hugo Nervi Haltenhoff, professor da Faculdade de Educação na UMCE/ Chile, em que os cursos universitários destinados à formação docente estiveram em foco. Para Hugo Nervi, este estudo, datado de 2005, revelou um descompasso entre os currículos universitários e a demanda social. Nessa idiosincrasia concorriam aspectos como falta de adaptação dos ambientes universitários para a oferta dos cursos, seja tal como esperava a universidade, seja tal como esperava a sociedade. O resultado de tal assimetria tinha, no Chile, correspondência com o elevado número de discentes evadidos, se não o desinteresse pelos próprios cursos de formação docente. Para ambos, a educação a distância configurava uma das saídas possíveis para a tão desejada atualização da formação docente, mas ela não poderia/poderá ser realizada sem uma reflexão acurada acerca dos novos territórios educacionais criados, tais como os Centros Zonales no Chile ou os polos de apoio presenciais UAB no Brasil. Essa reflexão, segundo Bastos e Nervi deveria levar em consideração a visão daqueles que estariam diretamente envolvidos na criação dessas dinâmicas e territórios educacionais, pois, à moda de Castells (2010), o estudo do ensino deve aproximar-se, o máximo possível, da visão de seu interessado mais direto: o discente. Partindo, portanto, da linha de frente da UAB: os polos UAB, definiu-se a estratégia de estudos em conformidade com uma proposta etnográfica (BUENO, 2007) e participativa (FREIRE, 2008) de análise. A ideia era tanto promover uma auto-conscientização dos coordenadores de polos de sua formação profissional e papel nos polos, bem como sensibilizá-los para sua dinâmica de atuação e, ainda, possibilitar uma reflexão crítica, e auto-crítica, sobre o que representam no sistema e como são vistos pelas outras partes integrantes do mesmo.

No histórico dos polos, uma das avaliações que teve grande impacto foi a avaliação realizada pela Comissão Nacional de Qualificação de Polos. Esta avaliação começou em 2008, junto com a fundação dos primeiros polos UAB. A impressão é de que sua realização ocorreu numa tentativa de a UAB, na época MEC, de acompanhar o incremento dos polos, colaborando para seu desenvolvimento legal e físico. Oficialmente, ela foi lançada por meio do Ofício UAB/CGAA/DED/2009-s/nº, de janeiro de 2009, no qual se pode ler:

Estamos implantando um Sistema de Acompanhamento dos pólos UAB. O objetivo é verificar as reais condições físicas e humanas dos pólos com vistas a garantir a qualidade das atividades pedagógicas. Estaremos enviando, após cada visita in loco, correspondência para a prefeitura, e para as IES com um Relatório Síntese, abordando os resultados dessa avaliação, para que sejam tomadas as devidas providências e adequações. O Relatório completo da avaliação ficará disponível no ATUAB.

Nessa avaliação, os representantes CAPES-MEC visitavam algumas cidades sedes de polos UAB e, mediante preenchimento do documento intitulado “Instrumento de Avaliação de Polos”, diagnosticava-se a situação do polo e as melhorias que deveriam ser realizadas. A equipe UAB encaminhava estas recomendações através de ofício, dirigido ao representante legal da mantenedora, solicitando encaminhamentos para solucionar questões pontuais e para o cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica⁶. Participaram deste momento de avaliação, coordenadores UAB das Instituições, coordenadores de polos e coordenadores de cursos ofertados no Sistema UAB. A participação inclui ainda todos os atores do processo que contribuíram na construção de um instrumento de avaliação que revelasse a infraestrutura dos polos e o grau de satisfação dos estudantes e colaboradores.

Dentro das atividades deste projeto de pesquisa, realizou-se uma simulação da avaliação dos polos. Nesta, foram convidados os coordenadores de polo da região Sul para que visitassem polos de seus pares e simulassem a aplicação do instrumento de avaliação de polos. Ao realizar esta atividade, dentre outras reflexões, a questão que se mostrou aparente foi sobre o significado da avaliação: para que ela serve? As respostas para esta questão passam pelo fato de que a avaliação não deve servir somente para dar uma visão geral da infraestrutura e do funcionamento dos polos. A partir desta experiência, de modo geral, pode-se notar que avaliar os polos significa olhar para diferentes dimensões necessárias para a formação através da educação a distância. Embora avaliar a infraestrutura seja fundamental, somente garanti-la não é condição suficiente para a qualidade da formação do acadêmico. Neste ensejo, vale destacar o perfil e as trajetórias dos coordenadores de polos da UAB.

3. O coordenador de polos da região Sul e suas demandas

Segundo as diretrizes estipuladas na Resolução CD/FNDE Nº 26, de 5 de junho de 2009, o coordenador de polos deve ser professor da Rede Pública, graduado e com, no mínimo, três anos em magistério na educação básica ou superior. No que tange às atribuições do coordenador de polos, encontram-se entre seus principais itens: acompanhar e coordenar as atividades docentes, discentes e administrativas do Polo de Apoio Presencial; garantir às atividades da UAB a prioridade de uso da infraestrutura do Polos de Apoio Presencial; acompanhar as atividades de ensino, presenciais e a distância;

⁶ O Acordo de Cooperação Técnica é um documento assinado pelo Ministro, Reitor da Instituição envolvida e pelo representante legal do mantenedor no Estado ou Município com objetivo de definir e fazer cumprir os compromissos de cada parceiro.

zelar pela infraestrutura do polo; articular, junto às IPES presentes no Polo de Apoio Presencial, a distribuição e o uso das instalações do polo para a realização das atividades dos diversos cursos; organizar, junto com as IFES presentes no polo, calendário acadêmico e administrativo que regulamente as atividades dos alunos naquelas instalações; articular-se com o mantenedor do polo com o objetivo de prover as necessidades materiais, de pessoal e de ampliação do polo; receber e prestar informações aos avaliadores externos do MEC.

A coordenação de um polo de apoio presencial passa pelo domínio de um rol de conhecimentos necessários e que fazem parte de um cenário novo para o educador brasileiro. Percebe-se que é fundamental afinar os conhecimentos e criar mecanismos capazes de propiciar o planejamento, organização, capacitação da direção e de controle das atividades desenvolvidas. De acordo com Silva (2010), a coordenação dos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil deve receber formação para atuar na gestão do polo nas seguintes dimensões: gestão estratégica, de projetos, de infraestrutura, de equipe e gestão de processos⁷, visando alcançar uma uniformidade de ações e resultados no polo.

O papel do coordenador do polo, neste paradigma de gestão, é de articular a participação, criar oportunidades de aprendizagem, promover as ideias e projetos, inserir o polo no contexto do campo e da cidade. O desafio é construir uma história na educação a distância marcada pela aprendizagem dos estudantes, em que os cursos possam ser oferecidos com qualidade, em polos qualificados.

Tal como no perfil dos docentes da região Sul, ao procurar os coordenadores de polos UAB, encontram-se professoras, em sua maioria na faixa de 40 anos, e com alguma experiência na área de gestão escolar. Deste grupo, os coordenadores que atuam nos polos foram escolhidos pela equipe UAB com base na indicação dos mantenedores através de lista tríplice, para implantar e coordenar polos de Apoio Presencial. Em entrevista gravada para a equipe deste Grupo de Pesquisa, os coordenadores da região Sul revelaram a importância do Sistema Universidade Aberta do Brasil em cada município sede e na região de abrangência dos seus polos, principalmente no acesso ao ensino superior.

No mesmo conjunto de entrevistas, os coordenadores da região Sul se apresentaram como professores com experiência em gestão da educação, lideranças atuantes em projetos educacionais inovadores e na formação de professores municipais e estaduais, porém, poucos com experiência e conhecimento em educação a distância. Embora não tivessem uma aproximação com a educação a distância, as demais características foram decisivas para a indicação destes profissionais para a função de coordenadores de polos.

Todos os coordenadores ressaltaram o bom relacionamento com as Instituições de Ensino que ofertam cursos. Na gestão diária dos polos, apresentaram dificuldades como: falta de acesso ao Moodle dos cursos de algumas instituições; falta de autonomia para organizar sua equipe de trabalho, no qual muitos, sem colaboradores (funcionários de apoio), tentam dar conta de toda a demanda de trabalho ali presente; dificuldade em lidar com as orientações diferentes de cada Instituição no que se refere à atuação dos

⁷ Entende-se o processo como uma série de rotinas que produzem um resultado determinado.

tutores e cumprimento de carga horária e dificuldades com a falta de orçamento direto para o polo, o que dificulta encaminhamentos de algumas questões no dia a dia.

Além das dificuldades, também foram relatados alguns avanços. Foram percebidos avanços em polos que organizaram a documentação legal como Lei de Criação, Regimento Interno e Plano de Gestão e conquistaram recursos para manutenção do polo. A titulação dos coordenadores dos polos pesquisados na região Sul aponta para a importância do investimento realizado na formação continuada, especialmente em educação a distância, o que faz valorizar iniciativas como da Universidade Federal de Pelotas/RS, que ofertou o curso de Especialização em Gestão de Polos para os coordenadores da região Sul, no Sistema Universidade Aberta do Brasil. Atualmente 73% dos coordenadores participantes da pesquisa têm formação em nível de Pós Graduação *lato sensu* e formação específica em educação. Acredita-se que esta iniciativa pode ter continuidade com a oferta do Mestrado em Educação a Distância para os coordenadores de polos, qualificando assim todo o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

A pesquisa mostra que os professores que estão atuando como coordenadores de polos sentem falta da formação continuada em educação a distância, mas já trazem uma bagagem de experiências em gestão da educação e, dado seu trabalho nos polos, já se consideram cientes do que seu campo de trabalho exige, dada uma busca pessoal, via leituras, palestras e trocas com os colegas, promovidas tanto pelas IFES, quanto pela Diretoria de Educação a Distância/CAPES, mediante a realização de inúmeros Fóruns Regionais de coordenadores de polos UAB e a manutenção do ATUAB (ambiente virtual de trabalho UAB), por conhecimento na área. Quanto à experiência docente, 91% dos coordenadores declaram ter pelo menos 4 anos desta atuação e 2 anos de experiência administrativa, sendo um número bem expressivo.

A simulação da avaliação dos polos da região Sul, empreendida através de visitas dos coordenadores de polos a seus pares a fim de simular uma avaliação, revelou a necessidade de colaboradores que atuem nos polos ao lado do coordenador, permitindo o funcionamento adequado do polo. Quanto a esta questão, 72% dos coordenadores apontaram que ainda faltam colaboradores em seus polos, uma das atribuições do mantenedor.

Considerar o polo apenas como um espaço físico para a execução das propostas das Universidades vem resultando na falta de discussão de muitas questões, sendo que a avaliação externa não é articulada com a interna, realizada no próprio polo e a avaliação do polo está desvinculada da avaliação dos diversos segmentos que os compõem, não abrangendo, assim, a complexidade do Sistema como um todo. Essa avaliação que desconsidera esse lugar do polo e seus atores como produtores de saber leva a desarticulação entre os segmentos, ficando clara no exemplo da avaliação dos espaços físicos dos polos, quando foram questionados sobre a existência de laboratórios de física, química ou outros. Em muitos casos, mesmo não havendo cursos nessas áreas, alguns polos foram avaliados nesse quesito como insuficiente, por não possuírem determinados laboratórios. Em outros casos, mesmo havendo o curso, mas, tendo o entendimento da Universidade ofertante que esse espaço não era necessário, pois a proposta não previa a sua utilização, e sim, simulações realizadas com recursos do ambiente virtual, o polo foi avaliado de maneira insatisfatória.

4. Conclusão

Conclui-se que para se avaliar um polo de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil é imprescindível se considerar a abrangência deste programa, que atinge as diferentes regiões do país, com as mais diversas características, discutindo, a partir disso, a complexidade da tal tarefa, já que é impossível desconsiderar esta diversidade. Por isso mesmo, conhecer cada região faz-se necessário. No caso da região Sul, a necessidade de políticas públicas de formação de professores é decorrente da própria situação do magistério, pois ainda existe um número significativo de professores sem formação adequada para o exercício da profissão. Tomando como exemplo o estado do Rio Grande do Sul, em 2007, de acordo com Censo Escolar de 2008 INEP/MEC, havia um total de 125.951 professores atuando em todo o estado, destes, 87.716 possuíam curso superior completo com licenciatura, 6.694 professores possuíam curso superior completo sem licenciatura, 25.274 possuíam somente magistério, 141 professores possuíam magistério com formação específica-indígena, 5.023 somente ensino médio, 661 professores possuíam ensino fundamental completo e 442 professores possuíam ensino fundamental incompleto.

A crescente oferta e adesão aos cursos de educação a distância respondem a uma necessidade desta região, ampliando as possibilidades de formação dos professores. De acordo com o Censo de 2000 existiam apenas três cursos sendo ofertados nesta modalidade, todos em instituições públicas, totalizando 3.110 ingressantes. Em 2010, o panorama era bastante diferente. Foram ofertados 229 cursos em instituições públicas e privadas, com um total de 163.447 ingressantes. A participação da esfera pública na educação a distância vem crescendo significativamente a partir de 2000, decorrente de políticas públicas que visam à interiorização do ensino superior no País e que se utilizam dos avanços das tecnologias de informação e comunicação na área educacional, buscando efetivar esse objetivo.

Quanto à infraestrutura, constatou-se que a exigência de espaços deve estar em acordo com o número de instituições de ensino superior, cursos ofertados e número de alunos e ainda de acordo com o projeto dos cursos. Todos os segmentos envolvidos na oferta de cursos a distância em um polo de apoio presencial devem discutir antes da oferta do curso as necessidades, de acordo com a proposta, para a modalidade a distância, analisando também as reais possibilidades do mantenedor em garantir aquela infraestrutura. Quando o MEC exige algo que o mantenedor não tem condições de disponibilizar e que a Universidade não utiliza, o resultado da avaliação é ruim, seja porque gera uma descrença nesse tipo de procedimento, seja porque pune sem apresentar saída para a melhoria do polo. Nesse sentido, contrapõe-se a ideia de uma determinação de espaços previamente, desvinculados das reais possibilidades e necessidades apresentadas e destaca-se a necessidade de instrumentos, se não parâmetros de avaliação flexíveis, o que não significa inexistentes. Para que a avaliação de polos possa contribuir com a qualificação desses espaços, é necessário que se pense qual o entendimento que se tem de avaliação, e, em especial, da avaliação de um polo de apoio presencial.

5. Referências

BUENO, Belmira Oliveira. Entre a Antropologia e a História: uma perspectiva para a etnografia educacional. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 25, n. 2, 471-501, jul./dez. 2007.

BRASIL, Resolução CD/FNDE Nº 26/MEC, 05 de junho de 2009, pag 09. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2011/cd/35>.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

CASTRO, Cristina Gonzaga Candido de Souza. Pesquisa Avaliação de Polos. Mensagem recebida por polosuab.nh@gmail.com em 07 mar. 2012

Censo do Professor. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13596&Itemid=975> . Acesso em 18 de dezembro de 2011.

DURAN, M.R.C.. SILVA, C.R., **Conferência Internacional “Impacto das TIC’s na Educação”**. Documento Técnico de Relatoria da Conferencia realizada entre 27 e 29 de abril de 2010. 150p.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspect. ciênc. inf. vol.13 no.3 Belo Horizonte Sept./Dec. 2008.**

IBGE. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/default.php>>. Acesso em 14 de dezembro de 2011.

IDH Brasil, grandes regiões e unidades da federação (PDF). Boletim Regional do Banco Central do Brasil (Janeiro de 2010). Acesso em 16 de janeiro de 2012.

IDH. Disponível em <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>

Ministério da Educação - Censo da Educação Superior 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9332&Itemid>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

ROCHA. Silvio. Smed Novo Hamburgo. Mensagem recebida por polosuab.nh@gmail.com em 06 mar. 2012.

ROSS, Jurandyr L. Sanches e SCARLATO, Francisco Capuano. Geografia do Brasil, Editora da Universidade de São Paulo, 6ª edição, São Paulo, 2009.

SANTA CATARINA, Lei Complementar 407 de 25 de janeiro de 2008, Regulamenta o art. 171 da Constituição do Estado e institui o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA, Decreto nº 1.350 de janeiro/2004, instituído o Fórum Catarinense de Políticas da Educação Superior.

SANTA CATARINA, Decreto nº 6.755 / 29.01.2009, institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica - PARFOR.

SANTOS, M. SILVEIRA M.I. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro. Record. 2001.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo. Hucitec, 1999.

SisUAB, disponível em < http://uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

SILVA, Édson. Gestão de polos de apoio presencial no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade. Revista RENOTE Novas Tecnologias em Educação, 2010.

ISSN 1679-1916 UFRGS/CINTED 2010. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/renote/article/view/18086>>. Acesso em 14 de março de 2011.

VIEIRA. Ismenia de Fátima. Pesquisa Avaliação de Polos. Mensagem recebida por polosuab.nh@gmail.com em 12 fev. 2012.